

Metas do novo plano de Brasília

26 MAR 1987

por Elaine Lerner
de Brasília

"Brasília Revisitada", o novo plano de expansão urbana do Distrito Federal, também elaborado pelo autor do plano original da capital federal, Lúcio Costa, e o projeto Lúcio Costa para Padrão de Habitação Econômico permitirão o ingresso de mais 1,2 milhão de habitantes em áreas planejadas. Com uma população que ultrapassa 1,5 milhão de pessoas, incluindo as oito cidades-satélites, Brasília sofre de problemas crônicos de infraestrutura, especialmente quanto ao abastecimento de água.

Por isso, o secretário de Obras e Viação, Carlos Magalhães, prefere não traçar previsões quanto à implantação dos dois novos planos. "As atuais condições de abastecimento funcionam como grandes limitadores e a implantação dos projetos depende da construção da barragem São Bartolomeu", explicou Magalhães, referindo-se ao enorme lago que poderá ser construído já no próximo ano.

EXPANSÃO

Lúcio Costa, em seu

"Brasília Revisitada", propõe áreas passíveis de ser utilizadas, próximas ao Plano Piloto (eixo rodoviário fixo residencial), até então intocáveis. Segundo o secretário de Obras e Viação, uma das vantagens é "exatamente expandir a área do Plano Piloto para protegê-lo da pressão imobiliária". O presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), Aleixo Furtado, lembra que haverá uma diminuição da densidade demográfica do Plano Piloto, diminuindo a elitização da área.

Lúcio Costa estabeleceu seis áreas novas para o programa de expansão de Brasília, todas com algum tipo de infra-estrutura e algumas já destinadas a casas, que agora serão substituídas por edifícios. Continuam mantidos os critérios que caracterizam a cidade: prédios com no máximo seis pavimentos, construídos sob pilotis e enormes áreas verdes.

Nas duas primeiras áreas (A e B), na parte oeste da cidade, foram previstas quadras econômicas (prédios até três pavimentos) e superquadras (até seis pavimentos) para a classe média. A terceira

área (C), localizada entre o Palácio do Planalto e o Palácio da Alvorada, pressupõe a fixação da Vila Planalto, existente hoje, alterando-se as habitações.

Lúcio Costa propõe também a fixação da maior favela de Brasília, a Vila Paranoá (área E), localizada no final do Lago Sul, o local mais valorizado da cidade. Nas áreas D (próxima ao Park Shopping), em direção à saída sul) e F (atrás da área destinada às mansões do Lago Norte) estão previstas construções econômicas de até quatro pavimentos.

Apenas a área A (asa nova sul) já está sendo detalhada pelo governo do Distrito Federal.

As entidades ligadas ao setor habitacional são unânimes em elogiar o novo programa por diminuir o adensamento do Plano Piloto. No entanto, não aceitam a sua imposição. O vice-presidente do sindicato da Construção Civil de Brasília, Eduardo Brandão Cavalcanti, assegura que a entidade não foi consultada, tomando conhecimento do programa através da imprensa. Quase vinte dias depois de aprovado pelo Conselho de Arquitetura,

Urbanismo e Meio Ambiente do DF é que as entidades receberam o "Brasília Revisitada". "Esse foi o único aspecto negativo", salienta o presidente do IAB-DF.

EDIFÍCIOS

O presidente da Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário do DF (DEMI), Wiggberto Tartuce, lembra que "ninguém melhor do que Lúcio Costa para preservar o traçado original, hoje legado da humanidade". Discorda, apenas, da forma de otimização dos processos de construção dos prédios. "Edifícios de 3 ou 4 pavimentos é absurdo, antieconômico. Estou propondo edifícios verticalizados com até 12 pavimentos e 32 a 48 apartamentos por edificação." Atualmente o máximo permitido são 6 pavimentos e 12 a 24 apartamentos por bloco. O Sindicato da Indústria da Construção Civil defende construções de até 10 pavimentos, "a princípio, porque ainda não estudamos o "Brasília Revisitada". A exemplo da ADEMI, discorda da obrigatoriedade de limitar as construções em seis pavimentos, providência aplaudida pelo IAB.